

Caríssima(o) Associada(o),

Com desmedida satisfação apresento os livros dos Grupos de Trabalho, do XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de João Pessoa entre os dias 5 a 8 de novembro de 2014. Registro a satisfação de presidir um Congresso do CONPEDI, com a honrosa e difícil situação de substituir o nosso presidente Professor Vladimir Oliveira da Silveira, que realizou profícuas administrações. .

Cabe aqui o registro de que, “mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo cerca de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 80 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas stricto sensu na área do Direito”. Ao longo desses últimos anos, o CONPEDI fez florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária, como sempre assinalou nosso ex-presidente, o professor Vladimir Oliveira da Silveira.

O Congresso desenvolveu a temática sobre “A humanização do Direito e a horizontalização da Justiça no século XXI”. Sem dúvida é marcada a importância do debate, nos primórdios do século XXI, quando estamos diante de uma série crescente de desafios ao Direito.

Ao longo dos 04 (quatro) dias do congresso foram debatidos, uma série de temas da maior relevância para o Direito, tais como: (1) Instrumentos de efetivação de Direitos Fundamentais, (2) Experiências interdisciplinares em Direitos Humanos, (3) Democracia e Cidadania na América Latina , (4) ensino jurídico, (5) justiça de transição, (6) A humanização do mundo; (7) Direitos Econômicos, sociais e culturais e desenvolvimento; (8) Educação Jurídica: o novo marco regulatório; (9) Humanização das penas; (11) Teoria do

Direito e gênero nos Tribunais Internacionais; (12) Direito e Sustentabilidade; (13) O Direito Internacional Público Contemporâneo; (14) Direito e Economia; (15) Direito e Novas Tecnologias; (16) Direito do Consumidor; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) A atualidade do pensamento de Celso Furtado, dez anos depois de sua morte; (21) Acesso a justiça; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) Biodireito. Registramos igualmente, a realização dos fóruns dos Coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito – FEPODI.

Importante destacar e reconhecer o apoio recebido do CNPq e da CAPES. Registramos também o comparecimento e participação da professora Cláudia Hoesler, coordenadora da área, que recém nomeada, procurou assinalar as linhas gerais de sua atuação e a ela desejamos uma feliz condução da área a exemplo do que foi realizado pelo seu antecessor, professor Martônio Mont'Alverne Barreto Lima.

É importante fixar que, dando continuidade a grande aproximação que foi desenvolvida pela diretoria anterior, com o IPEA nos últimos anos, ampliamos o diálogo institucional principalmente através do painel Contribuição da Estatística para a Pesquisa Jurídica, onde concretizamos um avanço no debate sobre métodos quantitativos e pesquisa jurídica.

Não podemos deixar de realçar o grandioso esforço da equipe da UFPB, da UFCG e especial destaque para a UNIPÊ, Evidente que os desafios foram imensos, mas enfrentados e finalmente superados, pelos professores, técnicos, discentes da pós-graduação e da graduação.

Florianópolis, verão de 2015

Raymundo Juliano Feitosa

Presidente do CONPEDI

A presente obra reúne os artigos aprovados no V GT de Direito Ambiental, do XXIII Congresso Nacional do CONPEDI/UFPB: “A humanização do Direito e a horizontalização da Justiça no Século XXI”, realizado entre os dias 5 e 8 de novembro de 2014, em João Pessoa-PB, ressaltando-se a relevância da temática escolhida e a qualidade das pesquisas, que, sem perder de vista a interdisciplinaridade do Direito Ambiental, trouxe um novo olhar para além das questões jurídicas e traduziu os questionamentos do Direito Ambiental do século XXI

O crescente interesse em torno da temática ambiental e seus reflexos no âmbito dos direitos sociais foram recompensados com a ampliação do número de GTs de Direito Ambiental pelo CONPEDI, possibilitando o intercâmbio das ideias de autores de vários estados da Federação e o incremento da produção do conhecimento científico.

Na distribuição dos capítulos desta obra, buscou-se agrupar os artigos em macro temas, pois os múltiplos aspectos abordados dificultaram a tarefa de distribuí-los em temas específicos. Assim, ao tempo em que os coordenadores agradecem a oportunidade pela participação no Evento, parabenizam os autores pelos aportes e contribuições.

As contribuições dos acadêmicos ressaltam o importante aspecto que a dimensão ambiental tem conquistado no decorrer dos anos. As apresentações relataram importantes aspectos da cultura nacional e de sua defesa, também sublinharam os aspectos fundamentais que os tributos podem desempenhar em uma política de defesa ao ambiente e as fórmulas integrativas entre os diversos entes da Federação no precioso mister de defendê-los para assegurar seu usufruto pela presente e futuras gerações.

Os trabalhos apresentados denotam a participação ativa de profissionais e estudantes das mais diversas regiões do País. Notou-se uma grande equipe da região amazônica com propostas no equacionamento dos mais diversos tipos de impactos gerados pelas obras e também pela reiterada devastação local. Indicou-se a valiosa colaboração das comunidades tradicionais e seus conhecimentos milenares em prol do ambiente.

A questão processual e de litigância em prol da defesa ambiental não escapou da atenção dos pesquisadores do Grupo. Os defensores da matéria também tiveram seu local reservado em reiteradas vezes, e o papel do Ministério Público e do Judiciário, na defesa ambiental, apresentou-se como possível solução às investidas do setor público e privado diante dos frágeis ecossistemas nacionais. Também se estabeleceram parâmetros adequados para formulações relacionadas ao meio ambiente do trabalho, como fórmula contributiva em prol da sustentabilidade.

Capítulo I - DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE SADIO E EQUILIBRADO

1. A NECESSIDADE DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE PARA HAVER EQUILÍBRIO AMBIENTAL – Gabriel da Silva Gonçalves

2. ANÁLISE PONTUAL DE ALGUNS PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL – Patrícia Silva Rodrigues

3. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA EM MATÉRIA AMBIENTAL NO BRASIL E A ANÁLISE DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – Maria Claudia S. Antunes de Souza; Marcelo Buzaglo Dantas

4. O DIREITO COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL: NORMA AMBIENTAL CULTURALMENTE VALORADA – Carlos Rodrigues da Silva Filho

5. O ESTADO SOCIOAMBIENTAL, A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE E A RACIONALIDADE AMBIENTAL – Eduardo Silveira Frade; Hertha Urquiza Baracho

6. A INAPLICABILIDADE DE CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR EM CASOS DE DANO AMBIENTAL COMO RESPEITO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E PROMOÇÃO DA VIDA DIGNA – Riquiel Garcia Dias; Fabricio Antonio Silva Miotto

7. REFLEXÕES SOBRE A COISA JULGADA E A PROVA PERICIAL NAS AÇÕES CIVIS PÚBLICAS AMBIENTAIS – Pedro Curvello Saavedra Avzaradel

8. RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL: UMA CRÍTICA À AMPLIAÇÃO DA TUTELA PENAL DO MEIO AMBIENTE – Leonardo Lessa Prado Nascimento

Capítulo II: DIREITO AMBIENTAL: DIREITO DE COOPERAÇÃO E DE SOLIDARIEDADE

9. A (IN)EFICIÊNCIA DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA NO COMBATE AOS CRIMES AMBIENTAIS NOS RIOS FRONTEIRIÇOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA – Bruno Costa Marinho

10. A UTILIZAÇÃO DO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO NA BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL – José Vieira Monteiro Júnior; Yanko Marcus de Alencar Xavier

11. BIOPIRATARIA: REFLEXÕES SOBRE A VULNERABILIDADE DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA NTE OS INTERESSES ECONÔMICOS – Ingrid Gadelha de Andrade Neves; Evandro de Souza Neves Neto

12. SOCIOAMBIENTALISMO NO BRASIL: DO DIREITO E PROTEÇÃO À (SOCIO)(BIO)DIVERSIDADE – Luiza Rosso Mota; Ana Paula Cabral Balim

13. DIREITOS MATERIALMENTE CONSTITUCIONAIS E A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DOS ANIMAIS: EFETIVIDADE E DIGNIDADE – Cristian Graebin; Fernanda Luiza Fontoura de Medeiros

14. DIREITO AMBIENTAL E AS DIVERSIDADES NATURAL E CULTURAL NO BRASIL: DIREITOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA – Larissa Nunes Cavalheiro; Luiz Ernani Bonesso de Araujo

Capítulo III: MEIO AMBIENTE E ECONOMIA: A LÓGICA DA SUSTENTABILIDADE

15. ANÁLISE DA LEI Nº 9.600/2011 QUE INSTITUI O ICMS ECOLÓGICO A SER IMPLANTADO NA PARAÍBA – Simone Porfirio de Souza

16. UM ESTUDO COMPARADO SOBRE AS LEGISLAÇÕES ESTADUAIS PARA REPASSE DO ICMS POR MEIO DE CRITÉRIOS AMBIENTAIS – Ana Paula Vasconcellos da Silva

17. OS SUJEITOS DA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: O TURISMO EM UMA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – Ricardo Tavares de Albuquerque; Almerio Augusto Cabral dos Anjos de Castro e Costa

18. O DIREITO DAS ÁGUAS SOB A ÓTICA DA ORDEM ECONÔMICA FIRMADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – Camila Gomes Câmara; José Orlando Ribeiro Rosário

19. OS IMPACTOS ECONÔMICOS E OS DANOS SOCIOAMBIENTAIS DO VAZAMENTO DE ASCAREL NA CAPITAL DE SANTA CATARINA – BRASIL – Fernando Murilo Costa Garcia

20. ASPECTOS JURÍDICOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADE MINERÁRIA NUCLEAR E ENERGIA NUCLEAR NO BRASIL – Julianne Melo dos Santos

21. ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO E VIABILIDADE PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL – Karoline de Lucena Araújo

Capítulo IV: DIREITO AMBIENTAL: ESTUDOS DE CASOS

22. A RESTAURAÇÃO DO PAÇO DA LIBERDADE E OS NOVOS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS – Marcio Augusto Ferreira Monteiro; Paulo Fernando de Britto Feitoza

23. ANÁLISE DA LEI N.º 11.952/2009: UMA CRÍTICA À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DAS OCUPAÇÕES INCIDENTES EM TERRAS SITUADAS EM ÁREAS

DA UNIÃO NO ÂMBITO DA AMAZÔNIA LEGAL – Carla Vladiane Alves Leite; Bianor Saraiva Nogueira Júnior

24. O DIREITO AMBIENTAL DO TRABALHO E OS INSTRUMENTOS DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS PREVISTOS EM NORMAS PREVIDENCIÁRIAS – Sandro Nahmias Melo; Iza Amelia de Castro Albuquerque

25. O DIREITO AO TRABALHO DECENTE E À REALIDADE BRASILEIRA DURANTE A COPA DO MUNDO DE 2014 – Aldrin Bentes Pontes; Ronaldo Cezar da Cunha Bazi

Nesse diapasão, os, signatários desta apresentação, externam o orgulho de apresentar à comunidade científica, em especial à Jurídica, esta obra que certamente proporcionará ao leitor grande aprendizado.

Concitam, pois, a todos, não somente aos que estudam o Direito, a refletirem e se conscientizarem da importância de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, não apenas por se tratar de preceito constitucional, mas, sobretudo, pela importância antropológica que pessoas naturais e jurídicas comportamentalmente probas têm na preservação de um planeta sadio para a atual e às futuras gerações.

João Pessoa-PB, novembro de 2014.

Profa. Dra. Ângela Issa Haonat

Prof. Dr. Elcio Nacur Rezende

Prof. Dr. Edson Ricardo Saleme